

Projeto de Lei Nº ... de 2003

(Dep. Pompeo de Mattos)

Acrescenta alínea, no inciso II do Art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluindo as despesas com pedágio nas deduções relativas ao Imposto de Renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Art. 1º - O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido seguinte alínea h:

"Art. 8º

h) a pagamentos efetuados por Transportadores Autônomos de Carga, Representantes Comerciais e assemelhados na forma do regulamento, nos postos de pedágios das rodovias federais, limitadas a 6% (seis por cento) das receitas auferidas com a atividade."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão das rodovias e permissão da prestação de serviços, diz em seu § 1º, do Art. 6, que diz que o "Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas". Verificamos neste sentido alguns méritos relativos à prestação deste serviço, porém certamente a modicidade das tarifas não é um deles. Diante da

realidade econômica do país, podemos dizer que o modelo de concessão das rodovias brasileiras para a iniciativa privada não correspondeu ao que era esperado. Que o digam os caminhoneiros autônomos, os profissionais do setor de transportes do país e os representantes comerciais. Conforme pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes, realizada em 2002, o preço dos pedágios ficou muito pior em comparação com os últimos dois anos para 59,4% dos entrevistados. A pesquisa revelou também que em relação a qualidade das estradas brasileiras, os transportadores consideram que tem se deteriorado ao longo dos últimos dois anos. Para 46,1% dos entrevistados, a qualidade das rodovias ficou pior ou muito pior neste período.

As concessões das rodovias que bularam o próprio preceito constitucional, não poderiam ter sido estabelecidos por meros atos contratuais do governo com particulares, pois o pedágio tornou-se mais um tributo, especificamente um "tributo de espécie taxa", de natureza tributária, característica concedida pelo Sistema Tributário Nacional. Tal fato caracteriza a cobrança como mais um tributo e não como uma simples tarifa, dada sua exigência compulsória, pois já que não existe via alternativa, a compra do produto torna-se compulsória e não facultativa, convertendo-o em verdadeiro tributo, sendo o contribuinte compelido a pagar duas vezes pelo mesmo fato gerador. Todo tributo é privativo do Poder Público e somente pode ser exigido por lei que o estabeleça. O Código Tributário Nacional é claro em seu Art. 3º: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". Portanto há bi-tributação, apesar das contestações doutrinárias a respeito.

Observamos que nos países desenvolvidos há uma noção mais racional, não onerando a sociedade naquilo em que a mesma já foi onerada com tributos, sendo normal a cobrança de pedágios desde que alguém tenha construído uma rodovia com recursos próprios e arcado com todos os ônus. Todavia, o poder público assume o compromisso de oferecer outra alternativa viável e de boa qualidade, pela qual o cidadão possa livremente transitar, sem qualquer ônus.

E a categoria que mais tem sido impactada em suas receitas nos últimos anos são a dos caminhoneiros, arcando com uma proporção desigual nestes processos. O caminhoneiro que é um potencial alvo da violência de quadrilhas de roubo de cargas, enfrenta as condições deficientes de conservação das estradas, é onerado com tributos, (IPVA, DPVAT, Cide), aumentos de combustíveis, e ainda convive com as constantes elevações das tarifas de pedágios, que aviltam o preço do frete.

A injustiça na cobrança de pedágio em rodovias e vias públicas contruídas com dinheiro público encontra-se expressa na mais remota sabedoria romana: "As coisas públicas não podem ser destinadas a beneficiar o patrimônio de quem quer que seja, pois são consideradas da própria comunidade." O Código Civil brasileiro, dispõe no Art. 66. "Os bens públicos são de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças e no Art. 69. "São coisas fora do comércio as insuscetíveis de apropriação, e as legalmente inalienáveis".

Como os contratos de concessão de rodovias foram estabelecidos por longa data, pretendemos com o presente projeto dar um tratamento diferenciado aos caminhoneiros, que transportam a produção e a riqueza deste país, e aos representantes comerciais que sustentam-se rodando pelas estradas, minimizando suas perdas com a possibilidade de abater sua Declaração Anual do Imposto de Renda os valores pagos nos pedágios.

Sala das Sessões, 31 de março de 2003.

POMPEO DE MATTOS

DEPUTADO FEDERAL

Vice-Líder da Bancada

P D T